REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

A CONSTRUÇÃO DAS EMOÇÕES E SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS PROCESSOS COGNITIVOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA

THE CONSTRUCTION OF EMOTIONS AND THEIR INFLUENCE ON COGNITIVE PROCESSES: CONTRIBUTIONS FROM NEUROSCIENCE AND CONTEMPORARY PSYCHOLOGY

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 11/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794311156

Ciro Carlos de Moura[1]

Neire Abreu Mota Porfiro[2]

RESUMO

A oposição entre emoção e razão ainda influencia explicações do comportamento humano, embora diferentes programas de pesquisa tenham demonstrado relações complexas entre estados afetivos, atividade corporal e processamento cognitivo. Este artigo analisa criticamente como distintas concepções de emoção contribuem para compreender seus vínculos com atenção, memória, julgamento, tomada de decisão e regulação emocional. Realizou-se uma revisão narrativa de caráter teórico-conceitual, fundamentada na comparação de estudos clássicos e contemporâneos da psicologia das emoções, psicologia cognitiva e neurociência afetiva. O exame distingue modelos de emoções básicas, teorias da avaliação, propostas construcionistas e abordagens de redes cerebrais, sem tratá-los como equivalentes. A discussão indica que a relevância afetiva pode reorganizar prioridades atencionais, modular a consolidação de memórias, influenciar estimativas de risco e participar da atribuição de valor às escolhas. Esses efeitos, entretanto, dependem de contexto, intensidade, aprendizagem, tarefa e estratégias regulatórias; não implicam que emoções sempre melhorem ou prejudiquem o desempenho. Sustenta-se que a aproximação entre os modelos se torna produtiva quando são diferenciados os níveis de análise — experiências conscientes, operações psicológicas, respostas fisiológicas e circuitos neurais — e quando suas divergências conceituais permanecem explícitas. Conclui-se que a relação entre emoção e cognição é constitutiva do funcionamento psicológico, mas sua explicação exige modelos empiricamente delimitados, medidas convergentes e cautela diante de inferências causais e generalizações clínicas.

Palavras-chave: emoção; cognição; neurociência afetiva; memória emocional; tomada de decisão.

ABSTRACT

The traditional opposition between emotion and reason continues to influence accounts of human behavior, despite evidence that affective states, bodily activity, and cognitive processing interact in complex ways. This article critically examines how different theories of emotion contribute to understanding attention, memory, judgment, decision-making, and emotion regulation. A theoretical-conceptual narrative review was conducted through a comparative discussion of seminal and contemporary work in emotion psychology, cognitive psychology, and affective neuroscience. Basic-emotion theories, appraisal approaches, psychological constructionism, and network-based accounts are distinguished rather than treated as interchangeable. The reviewed literature suggests that affective relevance can redistribute attentional priorities, modulate memory consolidation, shape risk judgments, and contribute to the valuation of decision alternatives. Such effects, however, vary across contexts, tasks, prior learning, arousal intensity, and regulatory strategies, and do not imply that emotion invariably enhances or impairs cognition. An integrative reading is most useful when distinct levels of analysis — conscious experience, psychological operations, bodily responses, and neural networks — are kept separate and theoretical disagreements remain visible. Emotion and cognition are thus understood as interdependent dimensions of psychological functioning, while explanatory claims require conceptual precision, convergent measures, and caution regarding causality and clinical generalization.

Keywords: emotion; cognition; affective neuroscience; emotional memory; decision-making.

1. INTRODUÇÃO

A separação entre emoção e razão atravessa diferentes tradições do pensamento ocidental e permanece presente em explicações cotidianas do comportamento. Frequentemente, a emoção aparece como impulso que desorganiza o pensamento, ao passo que a racionalidade é associada ao controle e à neutralidade.

Tal oposição, embora intuitiva, oferece uma descrição insuficiente de como pessoas percebem situações, selecionam informações, recordam acontecimentos e escolhem entre alternativas. Uma ameaça pode comprometer a concentração em uma tarefa, mas também orientar rapidamente a atenção para o que importa. Um acontecimento afetivamente marcante pode ser lembrado por muitos anos sem que todos os seus detalhes sejam reproduzidos com exatidão. A mesma dimensão emocional, portanto, participa de ganhos adaptativos e de possíveis distorções.

A dificuldade não se limita a reconhecer que emoções influenciam a cognição. O próprio conceito de emoção é objeto de disputa científica. Modelos de emoções básicas destacam padrões funcionais relacionados à evolução e à adaptação (Ekman, 1992); teorias da avaliação explicam os episódios emocionais a partir da relevância que os acontecimentos assumem para o indivíduo (Scherer, 2005); propostas construcionistas atribuem papel decisivo à interocepção, à aprendizagem e à categorização contextual (Barrett, 2017; Russell, 2003). Na neurociência, investigações sobre circuitos defensivos e redes distribuídas questionam inferências diretas entre uma estrutura cerebral e um sentimento consciente (LeDoux, 2012; Pessoa, 2008).

Essas posições não diferem apenas no vocabulário. Elas formulam perguntas distintas sobre o que deve ser explicado, que tipo de

evidência é relevante e até que ponto é possível identificar regularidades emocionais comuns a indivíduos e contextos. A identificação de uma resposta fisiológica, por exemplo, não demonstra necessariamente a presença de um sentimento específico.

Da mesma forma, constatar aumento de atividade em determinada região cerebral não autoriza concluir que exista ali um centro exclusivo do medo, da tristeza ou da alegria. A diversidade conceitual torna inadequada uma síntese baseada apenas na justaposição de autores.

Também há um problema de escala explicativa. Enquanto estudos experimentais examinam efeitos de estímulos sobre o tempo de resposta, a aprendizagem ou a escolha, teorias abrangentes procuram explicar a experiência subjetiva, a organização do organismo ou a arquitetura funcional do cérebro. Resultados obtidos em uma tarefa delimitada não podem ser transferidos automaticamente para a vida cotidiana ou para condições clínicas. A literatura sobre atenção emocional, memória e decisão torna essa precaução especialmente necessária (Mather; Sutherland, 2011; Lerner *et al.*, 2015; Phelps, 2006).

Diante desse cenário, pergunta-se: em que medida os principais modelos contemporâneos de emoção permitem explicar sua participação nos processos cognitivos e quais limites surgem quando se tenta integrar explicações construídas em níveis diferentes? O objetivo é analisar criticamente convergências e divergências entre perspectivas biológicas, avaliativas, construcionistas e neurocientíficas, examinando suas implicações para atenção, memória, julgamento, decisão e regulação emocional.

A contribuição do artigo consiste em organizar esse debate por níveis de análise e identificar condições em que achados aparentemente semelhantes admitem interpretações teóricas distintas.

Parte-se do entendimento de que a interdependência entre emoção e cognição não elimina as controvérsias sobre a natureza das emoções. Reconhecer a integração funcional não equivale a demonstrar que todas as teorias explicam os mesmos mecanismos. Essa distinção orienta a discussão e permite avaliar o alcance de conceitos que frequentemente aparecem como sinônimos, a exemplo de afeto, emoção, sentimento, ativação fisiológica e regulação emocional.

2. PERCURSO METODOLÓGICO E DELIMITAÇÃO ANALÍTICA

O estudo caracteriza-se como revisão narrativa de literatura, de natureza bibliográfica e teórico-conceitual. Seu propósito não é estimar efeitos combinados, mapear exaustivamente todas as publicações sobre o tema ou produzir síntese sistemática de resultados. O trabalho articula obras clássicas e estudos de referência da psicologia das emoções, da cognição e da neurociência afetiva, examinando argumentos, pressupostos e implicações dos modelos discutidos. Essa opção é compatível com a finalidade de interpretar controvérsias conceituais, desde que seus limites sejam expressamente reconhecidos.

A organização analítica contempla quatro eixos: (a) pressupostos sobre a constituição das emoções; (b) relações entre afeto, atenção e memória; (c) influência dos estados emocionais sobre julgamento, escolha e controle cognitivo; e (d) possibilidades e restrições da

integração entre modelos. O corpus discutido é formado pelas obras efetivamente citadas e identificadas nas referências. Não se atribuem ao estudo resultados de entrevistas, experimentos próprios, buscas exaustivas ou contagens de registros que não integram os procedimentos apresentados.

Adotou-se uma leitura comparativa com três perguntas orientadoras. Primeiramente, qual é o fenômeno definido como emoção por cada autor? Em segundo lugar, que mecanismos e unidades de análise são mobilizados para explicá-lo? Por último, quais inferências sobre a atividade cognitiva são sustentadas pelas evidências discutidas? O confronto permite diferenciar pressupostos teóricos, resultados experimentais e hipóteses interpretativas, evitando que a presença de termos semelhantes seja tomada como prova de consenso.

A transparência na fundamentação de revisões narrativas é um requisito de qualidade; entre os critérios propostos por Baethge, Goldbeck-Wood e Mertens (2019) estão a justificativa da relevância, a formulação de objetivos, a adequada referenciação e a coerência do raciocínio científico. O presente artigo explicita sua seleção conceitual e o alcance das conclusões, mas não reivindica ter executado um protocolo sistemático com estratégias reproduzíveis de busca, avaliação formal de risco de viés ou critérios quantitativos de elegibilidade. Por isso, não se apresenta como revisão sistemática ou meta-análise.

A própria composição da literatura impõe restrições: os estudos mobilizados variam em desenho, população, método, operacionalização das emoções e natureza das medidas. Evidências provenientes de neuroimagem, autorrelatos, tarefas

comportamentais e ensaios teóricos não são diretamente intercambiáveis. A análise privilegia o confronto de explicações e a identificação de lacunas, sem converter a recorrência de uma interpretação em demonstração causal.

3. O QUE SE EXPLICA QUANDO SE FALA EM EMOÇÃO?

3.1. Regularidades Biológicas e a Hipótese das Emoções Básicas

As teorias das emoções básicas respondem ao problema da diversidade emocional destacando regularidades associadas à história evolutiva da espécie. Na formulação de Ekman (1992), emoções como medo, raiva, tristeza e alegria apresentam características funcionais que não dependem exclusivamente da aprendizagem individual. A ênfase recai sobre tendências de resposta e sinais relevantes à adaptação, especialmente diante de situações recorrentes na vida social e na sobrevivência. O argumento não exige supor que cada experiência emocional concreta seja idêntica em todas as pessoas; ainda assim, atribui maior peso a padrões relativamente diferenciados.

A contribuição dessa abordagem está em propor hipóteses sobre regularidades observáveis em expressão, comportamento e condições desencadeadoras. Sua dificuldade aparece quando categorias amplas são utilizadas para interpretar qualquer episódio apenas a partir de indicadores parciais. A existência de uma expressão facial, de uma frequência cardíaca aumentada ou de uma resposta defensiva não basta, isoladamente, para identificar o sentimento experimentado. A investigação das emoções necessita distinguir o nível das funções adaptativas da descrição fenomenológica da experiência consciente.

LeDoux (2012) aprofunda essa cautela ao separar circuitos envolvidos na detecção e na resposta a ameaças dos processos pelos quais indivíduos experimentam conscientemente o medo. Respostas de defesa podem ocorrer sem que sejam equivalentes ao sentimento relatado pelo participante. Esse argumento não nega a contribuição da biologia; ao contrário, especifica o que diferentes medidas permitem concluir. Explicar a operação de um circuito de sobrevivência é relevante, mas não esgota a pergunta sobre como uma pessoa sente, nomeia e interpreta a própria experiência.

3.2. Avaliação Cognitiva e Relevância Situacional

Nas teorias de avaliação, o episódio emocional é compreendido em relação ao significado da situação para necessidades, metas e possibilidades de ação. Scherer (2005) descreve a emoção como processo de mudanças coordenadas em componentes do organismo, articulando avaliação do acontecimento, expressão, tendências de ação, alterações fisiológicas e experiência subjetiva. A emoção não seria simples efeito mecânico do estímulo; depende de como sua relevância é estabelecida.

Uma mesma avaliação profissional pode ser vivida como oportunidade por alguém que se percebe preparado e como ameaça por quem antecipa perdas ou exposição pública. O acontecimento externo não determina sozinho a resposta. Entram em jogo expectativas, recursos percebidos, história de aprendizagem e avaliações de controle. A formulação de Scherer oferece uma ponte com os estudos cognitivos porque explicita operações pelas quais informações sobre o ambiente participam da dinâmica emocional.

Essa ponte, entretanto, não elimina problemas de mensuração. Ao investigar avaliação e emoção, é necessário evitar circularidade: não se pode inferir a avaliação unicamente pela emoção declarada e, em seguida, usar essa avaliação inferida como explicação do mesmo relato. Uma análise empiricamente consistente requer indicadores independentes ou convergentes, com atenção à ordem temporal dos processos e às diferenças entre medidas subjetivas e fisiológicas.

3.3. Afeto Nuclear, Categorização e Construção Contextual

Russell (2003) propõe distinguir o afeto nuclear, descrito sobretudo pelas dimensões de valência e ativação, dos episódios emocionais completos. Sentir-se bem ou mal, mais ativado ou menos ativado, não corresponde automaticamente a uma emoção denominada raiva, tristeza ou medo. A atribuição de causas e significados, associada a outros processos psicológicos, participa da configuração do episódio. Esse deslocamento permite investigar componentes que atravessam categorias emocionais sem assumir que todas elas sejam estados biológicos discretos.

Na teoria da emoção construída, Barrett (2017) sustenta que episódios emocionais são produzidos por processos de categorização apoiados em previsões, interocepção, experiência anterior e conhecimento conceitual. Sensações corporais semelhantes podem ganhar sentidos diferentes conforme contexto, aprendizagem e interpretação. Palpitações e tensão muscular podem estar presentes tanto em uma experiência de ansiedade quanto em uma situação de entusiasmo. A semelhança corporal, portanto, não determina por si só uma categoria emocional.

A proposta construcionista contribui ao colocar a variabilidade no centro da explicação. Também exige formulações verificáveis sobre como conceitos e sinais corporais se combinam em situações específicas; caso contrário, corre-se o risco de utilizar o contexto como explicação genérica para qualquer diferença observada.

As perspectivas construcionistas não precisam negar limites biológicos, assim como as teorias evolutivas não precisam negar toda aprendizagem. O desacordo decisivo reside no estatuto conferido às categorias emocionais e na expectativa de encontrar padrões específicos e estáveis de correspondência entre categorias, respostas e sistemas neurais.

3.4. Redes Neurais e Limites da Localização Cerebral

O debate conceitual alcança a neurociência quando se procura localizar emoções em regiões cerebrais particulares. Em revisão meta-analítica, Lindquist *et al*. (2012) encontraram apoio limitado à ideia de que categorias emocionais discretas possam ser sistematicamente identificadas por ativação exclusiva de regiões específicas. Esse resultado contraria leituras localizacionistas rígidas, mas não significa que todos os circuitos cerebrais executem as mesmas funções ou que qualquer região contribua indiferentemente para qualquer processo.

Pessoa (2008, 2018) argumenta que comportamentos afetivo-cognitivos complexos dependem de coalizões dinâmicas de redes cerebrais. Regiões envolvidas em percepção, motivação, controle cognitivo e processamento afetivo integram redes parcialmente sobrepostas, cuja configuração se altera de acordo com tarefas e

circunstâncias. A interação não se explica suficientemente pela divisão estática entre um cérebro racional e um cérebro emocional.

Em conjunto, essas contribuições aconselham a distinguir localização anatômica, operação computacional, função comportamental e vivência subjetiva. Um dado de neuroimagem pode sugerir participação de redes em determinada tarefa, sem demonstrar, por si só, o conteúdo específico de um sentimento ou a direção causal de um efeito psicológico. O avanço das explicações depende de associar diferentes medidas, desenhos experimentais adequados e hipóteses claramente delimitadas.

4. A EMOÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS COGNITIVOS

4.1. Atenção: Prioridade, Seleção e Competição por Recursos

A atenção depende de mecanismos seletivos: entre múltiplos estímulos disponíveis, alguns são priorizados enquanto outros recebem menor processamento. A relevância afetiva participa dessa seleção, especialmente quando há sinais relacionados a ameaça, recompensa ou metas individuais. Vuilleumier (2005) discute vias pelas quais o processamento emocional modula a percepção e pode disputar recursos com formas deliberadas de controle atencional. O ponto central não é que a emoção acrescente uma quantidade fixa de atenção, mas que altere sua distribuição.

Considere uma pessoa concentrada na leitura de um relatório que escuta um som associado a perigo. A mudança de foco pode reduzir o desempenho na tarefa original e, simultaneamente, aumentar a capacidade de responder à situação urgente. Avaliar essa resposta como benéfica ou prejudicial exige definir a tarefa de referência e o contexto. A eficiência não é um atributo abstrato da emoção:

depende da relação entre prioridade, objetivo e custo de oportunidade.

Mather e Sutherland (2011) propõem o modelo de competição enviesada pela ativação, segundo o qual estados de maior ativação podem ampliar a vantagem de estímulos que já possuem alta prioridade e reduzir o processamento de conteúdos menos prioritários. Isso ajuda a explicar resultados aparentemente contraditórios: determinados estímulos tornam-se mais memoráveis ou perceptualmente salientes, enquanto informações periféricas são negligenciadas. Assim, ativação emocional e desempenho atencional não mantêm relação uniforme.

Também é necessário separar a captura inicial da atenção da manutenção prolongada do foco. Um estímulo ameaçador pode ser detectado rapidamente, mas sua persistência como objeto de preocupação pode interferir em outras tarefas. Em situações de ansiedade, a tendência a priorizar sinais de ameaça adquire relevância clínica; contudo, a presença desse viés em uma tarefa experimental não constitui diagnóstico, nem permite deduzir que todas as pessoas ansiosas apresentarão o mesmo padrão.

A compreensão integrada das relações entre afeto e atenção, portanto, requer descrever quais informações competem, que recursos estão disponíveis e em qual etapa ocorre a influência emocional. Essa precisão afasta explicações simplificadas sobre emoções como facilitadoras ou obstáculos gerais à concentração.

4.2. Memória: Consolidação, Saliência e Imprecisão das Lembranças

A experiência emocional pode alterar a probabilidade de que um acontecimento seja recordado. McGaugh (2004) discute a participação da amígdala na modulação da consolidação de memórias emocionalmente ativadoras, em interação com outros sistemas de armazenamento e recuperação. Phelps (2006) amplia a discussão para relações entre a amígdala e diferentes operações cognitivas, incluindo aprendizagem, percepção e memória. Esses trabalhos não autorizam conceber a memória emocional como arquivo isolado; evidenciam interações entre sistemas que participam de processos distintos.

Convém distinguir três momentos que costumam aparecer reunidos sob a expressão memória emocional: a codificação inicial de informações, sua consolidação ao longo do tempo e a recuperação posterior. Uma condição emocional pode favorecer determinada etapa e prejudicar outra. A atenção dirigida ao centro de um acontecimento ameaçador, por exemplo, pode acompanhar a perda de detalhes periféricos; recordação vívida não equivale automaticamente a recordação exata. A intensidade subjetiva da lembrança não deve ser confundida com sua fidelidade.

O modelo de Mather e Sutherland (2011) oferece uma hipótese para essa seletividade, ao relacionar a ativação à competição entre representações de diferentes prioridades. Em vez de sustentar que a emoção fortalece toda a memória, a proposta sugere condições em que alguns elementos recebem vantagem, enquanto outros perdem espaço. Trata-se de distinção importante para compreender relatos pessoais, situações traumáticas e avaliação de testemunhos, ainda que sua aplicação a casos concretos exija evidência própria.

Há ainda uma direção inversa: o conhecimento adquirido participa da experiência emocional presente. Na explicação de Barrett (2017), memórias e conceitos construídos anteriormente são mobilizados na categorização de sensações corporais e acontecimentos atuais. A emoção influencia o que poderá ser lembrado, mas a memória também fornece recursos para reconhecer, interpretar e nomear aquilo que é sentido. Essa reciprocidade impede compreender a relação apenas como efeito de uma variável emocional sobre uma capacidade cognitiva independente.

É precisamente nessa reciprocidade que se torna necessária a diferenciação de níveis. Estudos de consolidação investigam mecanismos de retenção; abordagens construcionistas perguntam como conhecimento e categorização participam da experiência. São explicações potencialmente complementares em alguns pontos, mas não se torna legítimo tratá-las como comprovações mútuas sem testes capazes de relacionar seus conceitos.

4.3. Julgamento e Decisão: Da Informação Afetiva à Atribuição de Valor

Ao julgar situações, pessoas não utilizam exclusivamente informações objetivas apresentadas no momento da escolha. Seus estados afetivos podem funcionar como pistas sobre a avaliação do ambiente. Nos experimentos de Schwarz e Clore (1983), o humor influenciou julgamentos de bem-estar, e a atribuição da origem desse estado a causas externas alterou tal relação. A implicação é relevante: sentimentos presentes podem ser empregados como informação mesmo quando não são diretamente produzidos pelo objeto avaliado.

Essa influência não se limita à distinção entre afetos positivos e negativos. Lerner *et al.* (2015) mostram que emoções de mesma valência podem acompanhar padrões diferentes de julgamento, pois variam em componentes como percepção de certeza, controle e responsabilidade. Medo e raiva, embora geralmente classificados como desagradáveis, podem conduzir a estimativas distintas de risco. A explicação exige, portanto, atenção às características específicas da emoção, e não apenas à intensidade ou à polaridade agradável/desagradável.

A hipótese dos marcadores somáticos, formulada por Damasio (1996), atribui aos sinais relacionados a estados corporais e experiências anteriores um papel na orientação de alternativas possíveis. Na investigação de Bechara *et al.* (1997), participantes puderam apresentar escolhas vantajosas antes de explicitar verbalmente a estratégia adequada, enquanto pacientes com alterações em regiões pré-frontais exibiram dificuldades no desempenho da tarefa. Os achados são compatíveis com a importância de processos não inteiramente conscientes na decisão, mas sua interpretação não deve ser ampliada para supor que toda escolha correta dependa de um mesmo mecanismo.

Há uma diferença conceitual entre o uso do afeto como informação incidental e o papel de sinais ligados à aprendizagem das consequências de escolhas. No primeiro caso, interessa saber como um estado presente pode contaminar ou orientar a avaliação; no segundo, investiga-se de que maneira a experiência anterior contribui para antecipar resultados. Reunir ambos sob a afirmação genérica de que a emoção influencia decisões apagaria mecanismos e hipóteses empíricas diferentes.

As emoções tampouco garantem decisões mais adequadas. Em alguns contextos, a prioridade afetiva pode acelerar respostas diante de informações relevantes; em outros, pode reforçar julgamentos precipitados ou estreitar o campo de alternativas consideradas. A qualidade da decisão depende de objetivos, informação disponível, incerteza, experiência, regulação emocional e características da tarefa. Os resultados discutidos por Lerner *et al.* (2015) mostram precisamente por que não basta opor decisão emocional e decisão racional.

4.4. Regulação Emocional e Controle Cognitivo: Relações Recíprocas

A regulação emocional explicita a direção recíproca dessas relações. Além de experimentar estados afetivos que modulam a cognição, os indivíduos podem modificar situações, direcionar a atenção, reinterpretar acontecimentos ou alterar respostas comportamentais. Gross (2015) distingue estratégias que incidem sobre diferentes momentos do processo emocional, destacando que seus efeitos dependem das circunstâncias e dos objetivos regulatórios. A reavaliação de uma situação é uma possibilidade relevante, mas não constitui recurso universalmente eficaz em qualquer contexto.

Esse entendimento evita interpretar regulação como simples supressão das emoções. Modificar a expressão externa de uma resposta não significa necessariamente transformar a experiência subjetiva ou seus componentes fisiológicos. Da mesma forma, reduzir a intensidade de um sentimento não é sempre o objetivo adequado; emoções desagradáveis podem conter informações relevantes para decisões e relações sociais. O problema científico

consiste em examinar quando determinada estratégia favorece adaptação, bem-estar ou desempenho, e a que custo.

A neurociência da regulação oferece um campo de aproximação entre avaliações, tomada de decisão e redes cerebrais. Etkin, Büchel e Gross (2015) discutem sistemas envolvidos na reavaliação, no controle e na atribuição de valor, propondo uma leitura que articula mecanismos cognitivos e processos regulatórios. A existência de regiões neurais frequentemente implicadas nessas operações, contudo, não autoriza associar uma única área à autorregulação ou tomar atividade cerebral como medida direta de sucesso terapêutico.

As implicações para a psicologia são importantes. A avaliação clínica de dificuldades emocionais precisa diferenciar experiências relatadas, comportamentos observados, contextos de ocorrência e estratégias de manejo. Nenhuma teoria examinada permite concluir que pessoas com respostas afetivas intensas possuam, por definição, cognição menos eficiente. A investigação de padrões desadaptativos exige considerar sua persistência, flexibilidade, custos funcionais e relação com situações específicas.

5. SÍNTESE CRÍTICA: CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E ALCANCE DAS EVIDÊNCIAS

A comparação desenvolvida evidencia uma convergência relevante, mas delimitada: processos tradicionalmente classificados como emocionais e cognitivos não funcionam como domínios inteiramente isolados. Evidências sobre memória, atenção, julgamento e decisão mostram interações que atravessam essa divisão (Pessoa, 2008; Phelps, 2006; Lerner *et al.*, 2015). Não decorre

daí que exista acordo pleno sobre a definição de emoção, sobre a existência de categorias básicas ou sobre a forma como estados corporais, avaliações e conceitos produzem experiências conscientes.

Um primeiro nível de análise refere-se à função comportamental. Nesse plano, perguntas sobre detectar ameaças, orientar a ação ou atribuir prioridade podem aproximar teorias diferentes. No plano da experiência subjetiva, entretanto, torna-se indispensável explicar como as pessoas vivenciam e descrevem sentimentos. Já no plano dos mecanismos, a investigação pode privilegiar avaliações, previsões, aprendizagem, consolidação mnêmica ou relações entre redes neurais. A aproximação desses níveis produz hipóteses úteis quando se explicita qual variável está sendo observada e que tipo de explicação se pretende construir.

O quadro a seguir resume contrastes teóricos relevantes sem apresentar as formulações como respostas excludentes para toda questão empírica.

Quadro 1. Modelos explicativos das emoções e implicações para o estudo da cognição

Modelo	**Ênfase**	**Contribuição**	**Cautela interpretativa**
Emoções básicas	Regularidades evolutivas e funcionais	Permite testar padrões de resposta e condições desencadeadoras	Indicadores isolados não identificam, por si, sentimento consciente
Avaliação cognitiva	Significado e relevância dos	Relaciona interpretação	Exige separar avaliação medida

	acontecimentos para metas	situacional, respostas e ação	de emoção inferida
Construção psicológica	Interocepção, conceitos e categorização contextual	Explica variabilidade e dependência da aprendizagem	Necessita hipóteses operacionais que delimitem o papel do contexto
Redes neurofuncionais	Interações dinâmicas entre sistemas distribuídos	Supera a divisão rígida entre áreas afetivas e cognitivas	Conectividade não revela isoladamente experiência subjetiva

Fonte: elaboração analítica com base em Ekman (1992), Scherer (2005), Russell (2003), Barrett (2017), LeDoux (2012) e Pessoa (2008, 2018).

A síntese impede dois movimentos comuns. O primeiro é o reducionismo biológico, que transforma a participação de um circuito ou de uma resposta fisiológica em explicação completa da experiência consciente. O segundo é uma forma de construcionismo indiferenciado, em que qualquer variabilidade seria suficiente para negar regularidades funcionais. Estudos sobre ameaça, memória e escolha sugerem que há restrições e tendências relevantes, mas elas se expressam em situações moduladas por aprendizagem, metas e contexto (LeDoux, 2012; Mather; Sutherland, 2011; Russell, 2003).

Também é inadequado afirmar que os modelos convergem simplesmente porque reconhecem a importância do corpo. Damasio (1996) utiliza os marcadores somáticos para discutir mecanismos de escolha; Barrett (2017) atribui à interocepção papel na categorização situada da experiência; Scherer (2005) trata alterações fisiológicas como componentes coordenados de

episódios emocionais. O corpo é relevante nas três formulações, mas ocupa posições distintas em suas arquiteturas explicativas. Sem essa distinção, a comparação se converte em aproximação terminológica superficial.

As contribuições de Pessoa (2008, 2018) e Lindquist *et al.* (2012) reforçam o abandono de modelos que localizam emoções inteiras em regiões cerebrais isoladas. Todavia, modelos de redes não resolvem automaticamente controvérsias psicológicas sobre categorias e consciência. Identificar conectividade dinâmica é distinto de explicar por que um participante nomeia uma experiência como medo ou raiva. A produção de modelos integradores requer variáveis que façam a ponte entre indicadores neurais, avaliações, escolhas e relatos, além de desenhos que permitam testar alternativas concorrentes.

A análise sugere três direções para investigações futuras. Primeiro, comparar interpretações teóricas de um mesmo fenômeno com medidas simultâneas de autorrelato, comportamento e fisiologia, reconhecendo o que cada instrumento efetivamente mede. Segundo, examinar se relações identificadas em tarefas experimentais se mantêm em contextos ecológicos diversos, evitando extrapolar diretamente resultados laboratoriais para experiências clínicas complexas. Terceiro, investigar efeitos condicionais — por intensidade, duração, relevância para metas e estratégias de regulação — em vez de procurar uma relação única e linear entre emoção e desempenho cognitivo.

As implicações clínicas devem ser formuladas com igual prudência. A literatura sobre regulação emocional permite discutir a importância da flexibilidade e das interpretações situacionais, mas

não autoriza derivar protocolos terapêuticos a partir de uma revisão conceitual. A identificação de vieses atencionais, alterações de memória ou padrões decisórios constitui hipótese de investigação e avaliação, não diagnóstico produzido apenas pelo enquadramento teórico (Gross, 2015; Etkin; Büchel; Gross, 2015).

A principal limitação desta revisão decorre de sua natureza narrativa. O conjunto de obras analisadas foi organizado para comparação conceitual, sem estratégia sistemática de busca e seleção que possibilite estimar a cobertura total da literatura. Além disso, conceitos e resultados foram formulados em períodos históricos diferentes, com métodos e níveis explicativos heterogêneos.

Esses limites impedem conclusões sobre prevalência de achados, magnitude de efeitos e superioridade empírica global de um modelo sobre os demais. O que o exame oferece é uma estrutura argumentativa para tornar as divergências mais precisas e orientar perguntas verificáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das principais abordagens sobre emoção e cognição permite rejeitar a ideia de que a atividade racional seja simplesmente produzida pela exclusão dos estados afetivos. A relevância emocional participa da atenção dedicada aos estímulos, da consolidação seletiva de memórias, da interpretação de situações e da atribuição de valor às alternativas de escolha. Essas relações, contudo, não apresentam direção única. Conforme o contexto e a tarefa, um mesmo estado pode favorecer respostas adaptativas ou competir com outras demandas cognitivas.

O reconhecimento dessa interdependência não elimina disputas teóricas fundamentais. Modelos de emoções básicas interrogam regularidades funcionais e evolutivas; teorias avaliativas se concentram na relevância dos acontecimentos; abordagens construcionistas destacam categorias, aprendizagem e interpretação situada; modelos neurocientíficos investigam circuitos e redes distribuídas. Cada enfoque ilumina dimensões relevantes, mas seus conceitos não podem ser reunidos sem esclarecer o fenômeno, a medida e a escala de explicação em questão.

A contribuição central deste artigo consiste em propor uma leitura comparativa que diferencia funções comportamentais, experiências conscientes, operações psicológicas e mecanismos neurais. Essa organização ajuda a identificar convergências limitadas, preservar divergências ainda não resolvidas e evitar inferências indevidas entre níveis. Para a psicologia, resulta daí a necessidade de investigar a experiência emocional sem separá-la artificialmente de memória, atenção, pensamento, decisão e contexto.

Por se tratar de revisão narrativa, as conclusões não demonstram eficácia clínica nem oferecem estimativas quantitativas sobre efeitos emocionais. Avanços posteriores dependem de estudos com definições operacionais explícitas, medidas convergentes, maior diversidade de contextos e desenhos aptos a comparar hipóteses concorrentes. A relação entre emoção e cognição deve ser compreendida, assim, como campo de investigação em desenvolvimento, no qual integração conceitual e rigor empírico precisam caminhar juntos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAETHGE, Christopher; GOLDBECK-WOOD, Sandra; MERTENS, Stephan. SANRA—a scale for the quality assessment of narrative review articles. **Research Integrity and Peer Review,** v. 4, art. 5, 2019. DOI: https://doi.org/10.1186/s41073-019-0064-8.

BARRETT, Lisa Feldman. The theory of constructed emotion: an active inference account of interoception and categorization. **Social Cognitive and Affective Neuroscience,** v. 12, n. 1, p. 1-23, 2017. DOI: https://doi.org/10.1093/scan/nsw154.

BECHARA, Antoine; DAMASIO, Hanna; TRANEL, Daniel; DAMASIO, Antonio R. Deciding advantageously before knowing the advantageous strategy. **Science,** v. 275, n. 5304, p. 1293-1295, 1997. DOI: https://doi.org/10.1126/science.275.5304.1293.

DAMASIO, Antonio R. The somatic marker hypothesis and the possible functions of the prefrontal cortex. Philosophical Transactions of the Royal Society of London. **Series B: Biological Sciences,** v. 351, n. 1346, p. 1413-1420, 1996. DOI: https://doi.org/10.1098/rstb.1996.0125.

EKMAN, Paul. An argument for basic emotions**. Cognition & Emotion,** v. 6, n. 3-4, p. 169-200, 1992. DOI: https://doi.org/10.1080/02699939208411068.

ETKIN, Amit; BÜCHEL, Christian; GROSS, James J. The neural bases of emotion regulation. **Nature Reviews Neuroscience,** v. 16, p. 693-700, 2015. DOI: https://doi.org/10.1038/nrn4044.

GROSS, James J. Emotion regulation: current status and future prospects. **Psychological Inquiry,** v. 26, n. 1, p. 1-26, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.940781.

LEDOUX, Joseph E. Rethinking the emotional brain. **Neuron,** v. 73, n. 4, p. 653-676, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.neuron.2012.02.004.

LERNER, Jennifer S.; LI, Ye; VALDESOLO, Piercarlo; KASSAM, Karim S. Emotion and decision making. **Annual Review of Psychology,** v. 66, p. 799-823, 2015. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115043.

LINDQUIST, Kristen A.; WAGER, Tor D.; KOBER, Hedy; BLISS-MOREAU, Eliza; BARRETT, Lisa Feldman. The brain basis of emotion: a meta-analytic review. **Behavioral and Brain Sciences,** v. 35, n. 3, p. 121-143, 2012. DOI: https://doi.org/10.1017/S0140525X11000446.

MATHER, Mara; SUTHERLAND, Matthew R. Arousal-biased competition in perception and memory. **Perspectives on Psychological Science,** v. 6, n. 2, p. 114-133, 2011. DOI: https://doi.org/10.1177/1745691611400234.

MCGAUGH, James L. The amygdala modulates the consolidation of memories of emotionally arousing experiences. **Annual Review of Neuroscience,** v. 27, p. 1-28, 2004. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.27.070203.144157.

PESSOA, Luiz. On the relationship between emotion and cognition. Nature Reviews Neuroscience, v. 9, p. 148-158, 2008. DOI: https://doi.org/10.1038/nrn2317.

PESSOA, Luiz. Understanding emotion with brain networks. **Current Opinion in Behavioral Sciences,** v. 19, p. 19-25, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2017.09.005.

PHELPS, Elizabeth A. Emotion and cognition: insights from studies of the human amygdala. **Annual Review of Psychology,** v. 57, p. 27-53, 2006. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070234.

RUSSELL, James A. Core affect and the psychological construction of emotion. **Psychological Review,** v. 110, n. 1, p. 145-172, 2003. DOI: https://doi.org/10.1037/0033-295X.110.1.145.

SCHERER, Klaus R. What are emotions? And how can they be measured? **Social Science Information,** v. 44, n. 4, p. 695-729, 2005. DOI: https://doi.org/10.1177/0539018405058216.

SCHWARZ, Norbert; CLORE, Gerald L. Mood, misattribution, and judgments of well-being: informative and directive functions of affective states. **Journal of Personality and Social Psychology,** v. 45, n. 3, p. 513-523, 1983. DOI: https://doi.org/10.1037/0022-3514.45.3.513.

VUILLEUMIER, Patrik. How brains beware: neural mechanisms of emotional attention. **Trends in Cognitive Sciences,** v. 9, n. 12, p. 585-594, 2005. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tics.2005.10.011.

---

[1] Graduando do Curso em Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Docente do Curso Superior de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail